

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FRANCISCA ALVARENGA SANABRIA

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DAS
DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFGD PARA UMA CARREIRA PÚBLICA

DOURADOS/MS

2016

FRANCISCA ALVARENGA SANABRIA

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DAS
DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFGD PARA UMA CARREIRA PÚBLICA**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Rafael Martins Noriller

Banca Examinadora:

Professor (a): Juarez Marques Alves

Professor (a): Manfredo Rode

DOURADOS/MS

2016

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS DE
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFGD
PARA UMA CARREIRA PÚBLICA
FRANCISCA ALVARENGA SANABRIA

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Rafael Martins Noriller
Presidente

Juarez Marques Alves
Avaliador (a)

Manfredo Rode
Avaliador (a)

A DEUS, que em seu infinito amor para comigo, me sustento durante esta minha caminhada.

Dedico à minha família, por sua capacidade de acreditar em mim.

Dedico aos meus avós pelo exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, agradeço pela dádiva da vida, pela saúde e força para superar as dificuldades ao longo da minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Agradeço a todos os professores por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim. Em especial ao meu orientador Rafael Martins Noriller pela orientação.

Agradeço aos meus pais e irmãos, também ao meu filho Marcelo Bueno Sanabria, pela compreensão por todo o tempo que estive ausente.

Aos meus amigos acadêmicos do curso, que ao longo desses cinco anos, construí amizades que vão continuar presentes em minha vida, em especial as queridas Luana Souza e Quelle Luzia por todo apoio, incentivo e por estarem ao meu lado em vários momentos.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Do conhecimento das experiências passadas depende o sucesso dos empreendimentos futuros pela formação de uma sadia cultura presente. A História da Contabilidade assemelha-se a um grande firmamento no qual existem luzes cintilantes de diversas grandezas e buracos negros ainda a prenunciar necessidade de evolução. Compete a nós ampliar as luzes ou preservá-las e contribuir para que a evolução acenda novos focos luminosos.

Antonio Lopes de Sá

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo elaborar um estudo de caso de avaliações realizadas pela instituição ESAF (Escola de Administração Fazendária) direcionada ao concurso da Receita Federal do Brasil entre os anos de 2005 a 2014, em paralelo ao curso de Ciências Contábeis da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados). No intuito de atingir o objetivo foi utilizada a pesquisa descritiva, estudo de caso e quantitativa. As análises consoantes as avaliações do concurso público, especificamente, da instituição Receita Federal do Brasil para o cargo de Auditor fiscal atende as exigências no curso de ciências contábeis da UFGD. Trazendo uma reflexão aos acadêmicos no processo de avaliação e aprendizado, oferecendo conhecimentos do tema aqui tratado. Conclui-se que a busca por segurança e estabilidade na área de concurso público é a mais almejada por diversos acadêmicos, já que com base nos dados dos quatro anos verificou-se que as disciplinas de formação profissional do Curso de Ciências Contábeis representam uma porcentagem de 18,40% de questões relacionadas à área de formação contábil, entretanto, a porcentagem não representa nem um quarto das três etapas de provas aplicadas.

Palavras-Chave: ESAF; Receita Federal do Brasil; Auditor fiscal; Ciências Contábeis; grade curricular.

ABSTRACT

This study aims to develop a case study of evaluations carried out by ESAF institution (School of Finance Administration) directed to contest the Federal Revenue of Brazil between the years 2005-2014, in parallel to the course of Accounting Sciences UFGD (University Federal Grande Dourados). In order to achieve the goal we used the descriptive research, case study and quantitative. Analyses consonants assessments of tender, specifically, the institution Federal Revenue of Brazil to the position of Tax Auditor meets the requirements in the course of accounting sciences UFGD. Bringing a reflection on the academic evaluation and learning process, offering theme knowledge hereof. We conclude that the search for security and stability in the tender area is the most desired by many scholars, as based on the data of four years it was found that the vocational subjects of Accounting Course represent a percentage of 18.40% of issues related to accounting training area, however, the percentage is not even a quarter of the three stages of tests applied.

Keywords: ESAF; Brazil's federal revenue; tax auditor; Accounting; curriculum.

LISTAS DE FIGURA

Figura 1: Matéria específica da área de contabilidade para o concurso da Receita Federal do Brasil- Cargo de Auditor Fiscal.....	46
--	----

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1:	Perfil das seis principais bancas de Concurso Público.....	14
QUADRO 2:	Princípios Contábeis.....	21
QUADRO 3:	Espécies de Tributos.....	24
QUADRO 4:	Princípios Tributários vigentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	25
QUADRO 5:	Elementos Fundamentais do Tributos.....	28
QUADRO 6:	Disciplinas do Curso de Ciências Contábeis de Formação Profissional	32
TABELA 7:	Prova da Receita Federal do Brasil para o cargo de Auditor Fiscal - Quantidade de questões dos quatros anos.....	39
TABELA 8:	Prova da Receita Federal do Brasil para o cargo de Auditor Fiscal - Quantidade de questões (Prova 1).....	41
TABELA 9:	Prova da Receita Federal do Brasil para o cargo de Auditor Fiscal - Quantidade de questões (Prova 2).....	42
TABELA 10:	Prova da Receita Federal do Brasil para o cargo de Auditor Fiscal - Quantidade de questões (Prova 3).....	42
TABELA 11:	Matérias específicas da área de Contabilidade para o concurso da Receita Federal do Brasil– Cargo Auditor Fiscal (Prova 2).....	44
TABELA 12:	Matérias específicas da área de Contabilidade para o concurso da Receita Federal do Brasil – Cargo Auditor Fiscal (Prova 3).....	44
TABELA 13:	Matérias específicas da área de Contabilidade para o concurso da Receita Federal do Brasil – Cargo Auditor Fiscal – Geral.....	45
TABELA 14:	Grade curricular de formação profissional do curso de Ciências Contábeis da UFGD ano de 2009.....	47
TABELA 15:	Grade curricular de formação profissional do curso de Ciências Contábeis da UFGD ano de 2012.....	48
TABELA 16:	Grade curricular de formação profissional do curso de Ciências Contábeis da UFGD ano de 2014.....	49

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.- Artigo.

CESGRANRIO – Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio.

CESPE - Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília.

CF - Constituição Federal.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

CRC-MS - Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul.

COFINS- Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social.

CPC - Comitê de Pronunciamento Contábil.

CSLL- Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

CTN - Código Tributário Nacional.

ESAF - Escola de Administração Fazendária.

FACE - Faculdade de Administração, Contábeis e Economia.

FCC - Fundação Carlos Chagas.

FGV - Fundação Getúlio Vargas.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMS- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

IOF- Imposto sobre Operações de Crédito.

IPVA- Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

ISAR - International Standards of Accounting and Reporting.

IPI- Imposto Sobre Produtos Industrializados.

IPTU- Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

IR- Imposto sobre a Renda.

IRPJ- Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica.

ISS- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PIS/PASEP- Contribuição Para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

PPC - Projeto Pedagógico de Curso.

RF- Receita Federal.

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados.

VUNESP - Fundação Universitária para o Vestibular.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA.....	13
1.2 OBJETIVOS.....	13
1.2.1 Objetivo Geral.....	13
1.2.2 Objetivos Específicos.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA.....	14
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	17
2.1 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE.....	17
2.2 CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	22
2.3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA UFGD.....	32
3 METODOLOGIA.....	36
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	36
3.1.1 A pesquisa quanto aos objetivos.....	36
3.1.2 A pesquisa quanto aos procedimentos.....	37
3.1.3 A pesquisa quanto à abordagem do processo.....	37
4 ANÁLISE DE PESQUISA.....	39
4.1 ANÁLISE DAS AVALIAÇÕES ESCRITAS DO CONCURSO DE AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.....	39
4.2 ANÁLISE DAS AVALIAÇÕES POR TEMA NA AREA DE CONTABILIDADE.....	43
4.3 ANÁLISE DAS AVALIAÇÕES COM RELAÇÃO À GRADE CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFGD.....	46
5 CONSIDERAÇÕES.....	51
REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro direciona cada vez mais as pessoas em busca pelas carreiras públicas através de concursos, diante disso tem uma notável procura ao emprego público. Perante essa possibilidade o curso de Ciências Contábeis engloba vários requisitos necessários para tal ingresso, que através do PPC (Projeto Pedagógico de Curso) viabiliza o aluno a um direcionamento para a carreira almejada. A universidade exerce papel de transmissor de conhecimento técnico, além de formação de um profissional com senso crítico e abertura para inovações.

Segundo o Conselho Nacional de Educação o curso de Ciências Contábeis deve ensinar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização; a apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas e a revelar capacidade crítico-analítico de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia de informação.

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis Bacharelado da UFGD, 2010, “o mercado de trabalho para o Bacharel em Ciências Contábeis é desafiador e caracteriza-se como sendo um dos mais amplos, haja vista que a informação contábil é indispensável no processo de gestão das organizações e ao mundo dos negócios, de um modo geral”. (LOPES *et al*, p. 15).

Isto pode ser validado em uma pesquisa sobre as expectativas dos estudantes, demonstrando que mais de 40% de alunos iniciantes de Ciências Contábeis almejam uma vaga no serviço público (LAGIOLA *et al.*, 2007).

A Constituição Federal Brasileira de 1988, no art. 37 estabelece quais os requisitos necessários para o ingresso aos cargos públicos.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (BRASIL, 1988, p. 2).

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Diante de tais fatos este trabalho tem por objetivo responder a seguinte questão: de que forma o curso de Ciências Contábeis da UFGD atende as exigências das avaliações de concursos públicos, especificamente, da instituição Receita Federal do Brasil para o cargo de Auditor Fiscal?

1.2 OBJETIVO

Na busca pela solução do problema abordado, estabelecem-se neste trabalho o objetivo geral e os objetivos específicos da atual pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é elaborar um estudo de caso de avaliações realizadas pela instituição ESAF (Escola de Administração Fazendária) direcionada ao concurso da Receita Federal do Brasil entre os anos de 2005 a 2014, em paralelo a grade curricular, matérias de formação profissional, do curso de Ciências Contábeis da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados).

Analisar e aprofundar, através da literatura especializada, os editais e provas dos concursos voltados, especificamente, a Receita Federal do Brasil, realizada pela banca examinadora ESAF com conteúdo da formação em Ciências Contábeis.

1.2.2 Objetivo Específico

Verificar avaliações escritas do concurso de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil dos anos de 2005, 2009, 2012 e 2014;

Classificar provas por tema na área da contabilidade;

Comparar conteúdo das provas com relação à grade curricular do curso de Ciências Contábeis da UFGD.

1.3 JUSTIFICATIVA

O presente estudo contribui para possíveis reflexões aos acadêmicos existentes no processo de avaliação e de aprendizado dos alunos e candidatos aos concursos públicos, visto que “no mercado de trabalho, nota-se um crescente interesse dos egressos do curso de Ciências Contábeis em cargos oferecidos nos concursos públicos do País”. (Pereira, *et al* 2012). O autor Lagioia (*et al.*, 2007) complementa citando que em uma pesquisa realizada chegou a conclusão de que “mais de 40% de alunos iniciantes de Ciências Contábeis almejavam uma vaga no serviço público”.

Existem várias instituições que são responsáveis pela realização das provas do concurso público. A Revista Exame no ano de 2013 com o intuito de investigar o perfil das seis principais bancas, publicou uma reportagem com as características de cada uma, segue abaixo:

QUADRO 1: Perfil das seis principais bancas de Concursos Públicos	
Fundação Carlos Chagas (FCC)	Realiza concursos federais, estaduais e municipais; Questões geralmente são objetivas e extensas; Exigem um grau de análise e conhecimento literal às leis.
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE)	Realiza concursos do Banco do Brasil; Banca examinadora do concurso de analista e técnico do Banco Central; Questões são multidisciplinares e complexas; Precisa assinalar certo e errado nos enunciados e isso pede atenção redobrada dos candidatos. Isso porque a banca anula a questão inteira se o concurseiro errar apenas parte da resposta; Cobra muita jurisprudência.
Cesgranrio	Realizar os concursos da Petrobras, de bancos, do IBGE; Nível de cobrança é médio;

	<p>As questões são parecidas com as da Fundação Carlos Chagas;</p> <p>Aposta e gráficos e imagens nas questões de atualidades, raciocínio e de interpretação.</p>
Fundação Getúlio Vargas (FGV)	<p>Faz concursos de câmaras municipais, da Polícia Civil do Rio de Janeiro e secretarias;</p> <p>Banca responsável pela prova da OAB;</p> <p>Banca imprevisível;</p> <p>Textos longos para interpretação de texto e gramática.</p>
VUNESP	<p>Responsável pelos concursos da Polícia Civil paulista, tribunais de justiça, prefeituras paulistas, entre outros;</p> <p>A prova de português costuma ser bastante elementar;</p> <p>Cobra bastante gramática.</p>
ESAF	<p>Faz concursos da Fazenda e Tesouro Nacional;</p> <p>Banca polêmica que traz temas em que não há consenso entre os doutrinadores;</p> <p>Seus concursos acabam tendo volume de recursos o que pode até atrasar o andamento da seleção;</p> <p>As questões são bem elaboradas e complexas;</p> <p>Estudo de casos em direito e cobrança da letra de lei;</p> <p>Grau de dificuldade é de médio para alto.</p>

Fonte: Elaborado com base nos dados da Revista Exame no ano de 2013.

A pesquisadora escolheu a instituição ESAF, pois

A realização de concursos públicos, no âmbito do Ministério da Fazenda e no de instituições conveniadas, constitui-se em uma das principais atividades da ESAF. A cada concurso realizado, verifica-se o crescimento da confiança que toda a Administração Pública deposita nos serviços da Escola. Ao mesmo tempo, esses serviços vão ganhando em qualidade, uma vez que a ESAF – a par da experiência acumulada, há mais de vinte anos, realizando concursos públicos – busca permanentemente novas tecnologias para o desempenho dessas atividades, sem

perder de vista a seriedade, o sigilo, a transparência e a respeitabilidade, o que a torna uma Escola à frente do seu tempo. (ESAF, 2016).

Portanto, a ESAF (Escola de Administração Fazendária) é uma instituição que desenvolve, prepara e realiza as atividades de seleção e recrutamento em todo o território nacional em relação aos Serviços Públicos, com o foco em selecionar os melhores profissionais que estejam capacitados a ocupar cargos renomeados no Setor Público.

Logo, a acadêmica poderá aumentar seus conhecimentos a respeito do tema aqui tratado, assim como os acadêmicos dos cursos de contabilidade no Brasil e os contadores brasileiros poderão se beneficiar com o conhecimento exposto nesta pesquisa. Sendo assim, a acadêmica irá se beneficiar com um estudo que trás uma visão analítica das avaliações.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A contabilidade está presente em nosso dia-a-dia, é uma ferramenta necessária para todos tipos de empresas, para as entidades sem fins lucrativos e, também, pessoas físicas auxiliando-as na obtenção de dados e informações que as balizem em suas tomadas de decisões.

2.1 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

A contabilidade teve sua origem na Europa e sua manifestação ocorreu antes do desenvolvimento da civilização. Sá (1997, p.16) lembra que a “Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, quase sempre seus progressos coincidiram com aqueles que caracterizam os da evolução do homem.”

Venturelli (2010, p. 8) A contabilidade vem se desenvolvendo desde a civilização do homem, visto que havia a necessidade de controlar e registrar seus rebanhos e o enriquecimento individual impunha criar técnicas de preservar e controlar seus bens. Quando ocorria maior volume de bens existia a curiosidade de o homem saber qual a quantidade de valores iriam render e qual seria a forma mais simples de aumentar seu patrimônio.

Porém, existiam dificuldades em controlar, já que não havia moedas correntes na época. Como, por exemplo, em uma passagem da Bíblia no livro de Jó que ressalta no versículo 3 do primeiro capítulo “e era seu gado sete mil ovelhas, e três mil camelos, e quinhentas jumentas de boi.”

Segundo Iudícibus e Marion (1999, p. 32),

Se nós tivéssemos moeda, o denominador comum não seria ovelhas, mas sim o valor em dinheiro. Todavia, o que fica bem claro é que mesmo sem moeda, escrita e número, a Contabilidade, como inventário, já existia, ficando evidenciado que ela é tão antiga quanto a existência do homem em atividade econômica, ou melhor, quem sabe, do homem sábio. Esta pode ser chamada de fase empírica da Contabilidade, em que se utilizavam desenhos, figuras, imagens para identificar o patrimônio existente. Com o passar do tempo, o homem começa a fazer marcas em árvores e pedras, podendo, assim, conferir seu rebanho em termos de crescimento, de extravio (perdas) de ovelhas, mortes etc.

De acordo com Werlich (2006, p. 16), “Nesse período ocorreu o surgimento do método das partidas dobradas, conhecido e utilizado até hoje o método se destacou pela

facilidade de entendimento, tornando-se relevante e sendo um marco no desenvolvimento da Contabilidade.”, sendo o primeiro codificador da contabilidade Frei Luca Pacioli onde é considerado o grande criador das partidas dobrada e o primeiro divulgador do Sistema Contábil de Registro e autor do livro “*Summa de arithmetica, geometrica, proportioni et proportionalitá*”, segundo Schmidt 2000.

Segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 39), o livro de Pacioli,

Apareceu em Veneza em 1494, apenas dois anos após a chegada de Colombo à América, e somente alguns anos após o surgimento das primeiras prensas em Veneza, o que indica a importância de sua obra. A Summa era principalmente um tratado de matemática, mas incluía uma seção sobre o sistema de escrituração por partidas dobradas, denominada *Particularis de Computis et Scripturis*. Esta seção foi o primeiro material publicado que descrevia o sistema de partidas dobradas, e apresentava o raciocínio em que se baseavam os lançamentos contábeis.

Conforme os estudos envolvendo a Contabilidade, nota-se que fizeram surgir três escolas do pensamento contábil: a primeira, chefiada por Francisco Villa, foi a Escola Lombarda; a segunda, a Escola Toscana, chefiada por Giuseppe Cerboni; e a terceira, a Escola Veneziana, por Fábio Bésta. (VENTURELLI, p. 27).

Entretanto,

[...] a escola Européia teve peso excessivo da teoria, sem demonstrações práticas, sem pesquisas fundamentais: a exploração teórica das contas e o uso exagerado das partidas dobradas, inviabilizando, em alguns casos, a flexibilidade necessária, principalmente, na Contabilidade Gerencial, preocupando-se demais em demonstrar que a Contabilidade era uma ciência ao invés de dar vazão à pesquisa séria de campo e de grupo [...] (Silvia apud, 2010 p.2).

Hoje, as funções do contabilista não se restringem ao âmbito meramente fiscal, tornando-se, num mercado de economia complexa, vital para empresas fornecendo informações mais precisas possíveis para tomada de decisões e para atrair investidores. O profissional vem ganhando destaque no mercado em Auditoria, Controladoria e Atuarial.

São áreas de análise contábil e operacional da empresa, e, para atuários, um profissional raro, há a especialização em estimativas e análises; o mercado para este cresce em virtude de planos de previdência privada.

Bacci (2002) estudou a evolução da Contabilidade no Brasil, enfatizando a influência da legislação na profissão contábil, os esforços para o reconhecimento da profissão e para a criação dos órgãos de classe. Apontou como consequências da legislação sobre a profissão a

padronização das demonstrações contábeis, a necessidade da fiscalização do exercício da profissão pelos órgãos de classe e a criação no século XX dos cursos técnicos, profissionalizantes e superiores.

Ricardino Filho (2002) analisou em extensão os conteúdos dos livros texto de Auditoria, usados por professores brasileiros atendem aos requisitos mínimos sugeridos pelo ISAR-ONU para a formação de contadores globais. O trabalho apontou o 1º. livro de Auditoria publicado no Brasil, em 1957, e detectou que os aprendizes recrutados pelas empresas de Auditoria atuantes no Brasil recebem treinamento dos contratantes, mesmo tendo estudado Auditoria nos cursos superiores. O autor apontou como razão da duplicação de esforços as diferenças substanciais de objetivos em tais cursos e as distintas orientações adotadas pelas faculdades e empresas de Auditoria, o que leva a adoção de diferentes conteúdos.

Provavelmente a primeira escola especializada no ensino da Contabilidade foi a Escola de Comércio Álvares Penteado, criada em 1902. Alguns autores preferem fazer recair a honra do pioneirismo na Escola Politécnica de São Paulo, a qual, alguns anos antes, em seu Curso Preliminar, já incluía a disciplina Escrituração Mercantil. Conquanto legalmente e cronologicamente tais autores possam ter razão, o fato de haver a disciplina de Escrituração Mercantil não caracteriza, a meu ver, um Curso de Contabilidade. (IUDÍCIBUS 2006, p.41).

No Brasil, a regência das normas e regulamentos para a contabilidade é de responsabilidade do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. No Mato Grosso do Sul existe o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul – CRC - MS que tem a finalidade de:

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul- CRC-MS tem por finalidade o Registro e a Fiscalização do exercício profissional dos Contabilistas e Organizações Contábeis visando garantir que os serviços oferecidos tenham qualidade e que a Legislação sobre assunto e as regularidades do Conselho sejam cumpridas; a realização de Custos, Seminários Palestras, Treinamentos e prestação de orientação aos profissionais e empresas em geral com o intuito de contribuir para o aprimoramento cultural, atualização e reciclagem da categoria; bem como valorização profissional contábil e a proteção dos interesses do empresário e da sociedade. (CRC-MS, 1985, p. 01).

Além do CFC e dos conselhos regionais, também em 2005 foi criado um novo órgão para tratar e normatizar a contabilidade a nível nacional e internacional que foi denominado de CPC - Comitê de Pronunciamento Contábil. Para tanto, vários órgãos e instituições se uniram e identificaram que havia a necessidade de existir uma entidade que tratasse de

assuntos contábeis de natureza global e local. Com os esforços destas organizações o constituíram por meio da Resolução CFC nº 1.055/05 e que veio suprir as seguintes necessidades:

Convergência Internacional das normas contábeis (redução de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos e custo nas análises e decisões, redução de custo de capital);

Centralização na emissão de normas dessa natureza (no Brasil, diversas entidades o fazem);

Representação e processo democráticos na produção dessas informações (produtos da informação contábil, auditor, usuários, intermediários, academia, governo) (CPC, 2005, p. 01).

O CPC, de acordo com a Resolução CFC nº 1.055/ 05, tem como objetivo:

(...) o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando a centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (CPC 2005, p. 02).

Dentre uma das Resoluções mais importantes do CFC destaca-se a de Nº 1.282/2010, que aborda os Princípios Contábeis, os quais representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade.

Segundo Iudícibus (2002, p.89), os Princípios Fundamentais da Contabilidade são os conceitos básicos que constituem o núcleo essencial que deve guiar a profissão na consecução dos objetivos da Contabilidade, que consistem em apresentar informação estruturada para os usuários. Já para Lopes de Sá (2000, p. 13), a palavra princípios, em nosso idioma, tem acepções variadas.

No singular emprega-se com o significado de “origem”, “começo”, e também, “regra a seguir”, “norma”. No plural tem o significado de “elementos”, “rudimentos”, “convicções”. As palavras têm sentidos comuns (de utilização empírica, usual) e têm os que lhes são atribuídos especialmente, nas tecnologias, nas ciências, nos casos particulares. Logo, o conceito de “Princípios, para fins de uso em contabilidade, tem sentido próprio”.

A contabilidade é formada por princípios que são reconhecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade tais como: princípio da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência. Entretanto, existe outro princípio que não é reconhecido pelo Conselho Federal de Contabilidade, mas sim pela prática contábil tal como essência sobre a forma. Abordaremos cada uma delas no quadro abaixo:

QUADRO 2: Princípios Contábeis	
Entidade	Art. 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.
Continuidade	Art. 5º O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.
Oportunidade	Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.
Registro pelo Valor Original	Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.
Competência	Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se

	<p>referem, independentemente do recebimento ou pagamento.</p> <p>Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.</p>
Prudência	<p>Art. 10. O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.</p>
Essência sobre a Forma	<p>Para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal. A essência das transações ou outros eventos nem sempre é consistente com o que aparenta ser com base na sua forma legal ou artificialmente produzida. Por exemplo, uma entidade pode vender um ativo a um terceiro de tal maneira que a documentação indique a transferência legal da propriedade a esse terceiro; entretanto, poderão existir acordos que assegurem que a entidade continuará a usufruir os futuros benefícios econômicos gerados pelo ativo e o recomprará depois de um certo tempo por um montante que se aproxima do valor original de venda acrescido de juros de mercado durante esse período. Em tais circunstâncias, reportar a venda não representaria adequadamente a transação formalizada.</p>

Fonte: Elaborado a partir do CFC, 2010 e da NBC TI.

2.2 CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

A Contabilidade possui várias ramificações, que são voltadas para áreas específicas, como por exemplo, Contabilidade Gerencial, Contabilidade Intermediária, Contabilidade Avançada, Contabilidade Pública e Contabilidade Tributária. A Contabilidade Tributária tem como foco principal o tributo, ou seja, “tem por objetivo aplicar na prática conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária, de forma simultânea e adequada”. (FABRETTI, 2009 p. 5).

Tanto as empresas de pequeno, médio ou de grande porte que possuem departamentos internos ou que pagam um escritório para a realização da contabilidade da empresa, precisam de um contador especializado em tributos que seja responsável pela gestão que envolve os cálculos e registros fiscais, obedecendo assim

“além das normas e dos princípios fundamentais de contabilidade, também à legislação tributária concernente ao registro contábil e divulgação que incidem nas diversas fases de atividades das empresas e, principalmente, sobre a obtenção de renda e lucro em determinado período” (OLIVEIRA, 2011, p. 3 e 4).

Fabretti (2009, p. 8) descreve a Contabilidade Tributária como tendo o objetivo de:

...apurar com exatidão o resultado econômico do exercício social, demonstrando-o de forma clara e sintética, para, em seguida, atender de forma extracontábil às exigências das legislações do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro, determinado a base de cálculo fiscal para formação das provisões destinadas ao pagamento desses tributos, as quais serão abatidas do resultado econômico (contábil), para determinação do lucro líquido à disposição dos acionistas, sócios ou titular de firma individual.

O Código Tributário Nacional (CTN) conforme o art. 96 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 trás como conceito “A expressão legislação tributária compreende as leis, os tratados e convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes”.

Assim, a Contabilidade Tributária apresenta dois métodos:

✓ Planejamento Tributário: “é o estudo feito previamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas”, segundo Fabretti (2009, p. 8). Já Oliveira (2011, p. 19) trás como conceito que o planejamento é “uma forma lícita de reduzir a carga fiscal, o que exige alta dose de conhecimento técnico e bom senso de responsáveis pelas decisões estratégicas no ambiente corporativo”. Borges (2000, p. 55) ressalta que o planejamento:

consiste em organizar os empreendimentos econômicos- mercantis da empresa, mediante o emprego de estruturas e formas jurídicas capazes de bloquear a concretização da hipótese de incidência tributaria ou, então, de fazer com que sua materialidade ocorra na medida ou no tempo que lhe sejam mais propícios.

Porém, Fabretti (2009, p. 9) finaliza o conceito fazendo uma observação de grande importância “O perigo do mau planejamento é redundar em evasão fiscal, que é a redução da

carga tributaria descumprindo determinações legais, classificadas como crime da sonegação fiscal (Lei nº 8.137/90).”

Segundo o artigo 3º do Código Tributário Nacional (CTN), um tributo é “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Quanto à espécie: impostos, taxas, contribuições de melhoria e contribuições sociais;
 Quanto à competência impositiva, os tributos são: federais, estaduais e municipais;
 Quanto à vinculação com a atividade estatal, os tributos são:
 a) vinculados: as taxas, as contribuições de melhoria e as contribuições sociais;
 b) não vinculados: os impostos. (MACHADO, 2004 p. 74).

Conforme, ressaltado anteriormente segue abaixo classificação das espécies:

QUADRO 3: Espécies de Tributos	
Impostos	<p>Art 16º CTN: “Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”.</p> <p>Exemplos: ICMS; IPVA; IPTU; IR – pessoa física e jurídica; IOF e ISS.</p>
Taxa	<p>Art. 77º do CTN, taxa é um tributo “que tem como fato gerador o exercício regulador do poder de polícia, ou a utilização efetiva e potencial, de serviço público específico e divisível”.</p> <p>Exemplos: Taxa de Emissão de Documentos (níveis municipais, estaduais e federais); Taxa de Licenciamento Anual de Veículo – art. 130 da Lei 9.503/1997 e Taxas do Registro do Comércio (Juntas Comerciais).</p>
Contribuição de Melhoria	<p>Art. 81º CTN: A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.</p>
Contribuição Social	<p>O art. 149 da CF, prevê que é de competência privativa da União instituir as contribuições sociais, o que segundo Machado</p>

(2004), a União utiliza-se do argumento que determinadas áreas, como por exemplo a Saúde Pública, estão carente de recursos, justamente para obter a criação de novas contribuições para custear esse fins.

Fonte: Elaborado através do Código Tributário Nacional e Constituição Federal 1988.

✓ Planejamento Contábil é feito através de relatórios simples e contábil que demonstram a real situação das contas do patrimônio e do resultado que auxiliam na tomada de decisões. Fabretti (2009, p. 9) destaca que a contabilidade “... é instrumento gerencial para a tomada de decisões. Por isso, deve estar atualizada e emitir relatórios simples e claros para o administrador.” O mesmo autor ainda defende a idéia anterior destacando assim as funções da contabilidade que são:

- ✓ Registrar os fatos administrativos (memoria);
- ✓ Demonstrar e controlar as mutações patrimoniais (controle);
- ✓ Servir como elemento de prova em juízo ou tribunal (documento);
- ✓ Fornecer elementos para que os acionistas ou sócios possam examinar as contas da diretoria e aprova-las ou não (direção); demonstrar ao Fisco o cumprimento da legislação tributaria (fiscal);
- ✓ Demonstrar ao Fiscal o cumprimento da legislação tributaria (fiscal)
- ✓ Fornecer dados para a tomada de decisões etc. (gestão);
- ✓ A legislação tributaria tem, como constantemente, criado novas obrigações acessórias (escrituração, preenchimentos de formulários, prestações de informações ao Fisco etc.), como multas elevadas, cujo correto cumprimento tem um alto custo administrativo. (FABRETTI (2009, p. 9)

Quando se pensa em gestão tributária, tem-se que entender os Princípios Constitucionais Tributários vigentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, vide Emenda Constitucional nº 91 de 2016, art. 150. Oliveira (2002, p. 24), explica que “Os princípios constitucionais tributários prevalecem sobre todas as demais normas jurídicas, as quais só têm validade se editadas em rigorosa consonância com eles”. Machado (2004), ressalta que esses princípios existem para proteger o contribuinte de abusos do poder.

Portanto, segue quadro:

QUADRO 4: Princípios Tributários vigente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

1) Princípio da Legalidade.

“Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I- exigir ou aumentar tributos sem lei que o estabeleça.”

<p>2) Princípio da Isonomia (ou igualdade)</p>	<p>“II- instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.”</p>
<p>3) Princípio da Irretroatividade</p>	<p>“III- cobrar tributos: a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado”</p>
<p>4) Princípio da Anterioridade</p>	<p>(...) b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu os aumentou.</p> <p>✓ Alteração de Alíquota- Impostos Federais</p> <p>“Art. 153. (...)§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.”</p> <p>✓ Contribuições Sociais</p> <p>“Art. 153 (...)§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, "b".</p>
<p>5) Princípio da Noventena</p>	<p>c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;</p>
<p>6) Princípio da Reserva de Lei Complementar</p>	<p>III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:</p> <p>a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;</p> <p>b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;</p> <p>c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.</p> <p>d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive</p>

	regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)
7) Princípio de Lei para a Renúncia Fiscal	§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g
8) Princípio de Impostos	<p>VI - instituir impostos sobre: (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)</p> <p>a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;</p> <p>b) templos de qualquer culto;</p> <p>c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;</p> <p>d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.</p> <p>e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 75, de 15.10.2013)</p>
9) Princípio da Capacidade Contributiva	§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os

	rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
10) Princípio da Não Cumulatividade	<p>§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)</p> <p>I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;</p> <p>II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:</p> <p>a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;</p> <p>b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;</p>
11) Princípio da Seletividade	IV- terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Fonte: Elaborado através da Constituição Federal 1988.

“O Estado é o sujeito ativo da obrigação tributária que, graças ao seu poder de império, impõe ao particular, sujeito passivo da obrigação, um dever de dar, fazer ou não fazer.” (OLIVEIRA, 2008 p. 58), ou seja, uma obrigação imposta em lei. Portanto, segue abaixo tabela com os elementos fundamentais do tributo:

QUADRO 5: Elementos Fundamentais do Tributos	
Fato Gerador	Art. 114º: “Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência”. Art. 115º: “Fato Gerador da obrigação acessória é qualquer situação que na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal”.
Base de Cálculo	Lei Complementar está disposta na CF/88 no art. 146: [...]; III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre: a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos

	respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.
Alíquota	Oliveira (2002, p. 131), conceitua alíquota como: “O percentual definido em lei que, aplicado sobre a base de cálculo, determina o montante do tributo a ser pago”.
Sujeito Passivo	O CTN no seu art. 121: Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária. Parágrafo único: O sujeito passivo da obrigação principal diz-se: I – contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador; II – responsável, quando sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
Sujeito Ativo	Machado (2004) ressalta ainda que não deve ser confundido a competência para instituir um tributo, que é indelegável, com a competência para exigir o tributo na condição de sujeito ativo da obrigação. Os sujeitos ativos da obrigação são os entes públicos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

Fonte: Elaborado através do Código Tributário Nacional, Constituição Federal 1988, Oliveira (2002, p. 131) e Machado (2004).

A Contabilidade Tributária também é classificada quanto sua forma de tributação das pessoas jurídicas, abordaremos cada uma delas a seguir:

✓ **Lucro Real:**

Oliveira (2011, p. 170) conceitua o Lucro Real como sendo:

É o lucro líquido do período apurado na escrituração comercial, denominado lucro contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações autorizadas pela legislação do Imposto de Renda... É aquele realmente apurado pela contabilidade, com base na completa escrituração contábil fiscal, com a escrita e rigorosa observância dos princípios da contabilidade e demais normas fiscais e comerciais.

Sua apuração poderá ser trimestral ou anual. As pessoas jurídicas obrigadas ao lucro real seguindo o art. 14 da Lei 9.718/98 são:

a) Pessoa jurídica cuja receita bruta total for superior a R\$ 48.000.000,00 no ano calendário anterior, ou superior ao valor proporcional ao número de meses do período;

- b) Instituições financeiras e equiparadas;
- c) Que usufruam de benefícios fiscais relativos a isenção ou redução do imposto de renda;
- d) Que, durante o ano calendário tenham recolhido o IRPJ mensal por estimativa;
- e) Que tenham lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;
- f) As empresas de factoring;
- g) Pessoa jurídica com atividades de compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis, enquanto não concluídas as operações imobiliárias para as quais tenha registro de custo orçado. (BRASIL², 1998 p.7).

✓ Lucro Presumido

Fabretti (2009, p. 219) conceitua como sendo o lucro presumido “ tem a finalidade de facilitar o pagamento do IR sem ter que recorrer a complexa apuração do lucro real que pressupõem contabilidade eficaz”

Não podem optar por essa modalidade, mesmo que a receita bruta total seja inferior ao mencionado limite, as empresas:

- a) que efetuaram pagamento mensal pelo regime de estimativa, no decorrer do ano-calendário, inclusive mediante balanço ou balancetes de suspensão ou redução de imposto;
- b) cujas atividades sejam de instituições financeiras ou equiparadas;
- c) que obtiveram lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;
- d) que são beneficiárias de isenções ou reduções do Imposto de Renda.
- e) Que exercem as atividades de factoring. (OLIVEIRA, 2002, p. 178).

✓ Simples Nacional

Oliveira (2008, p.171), destaca que o Simples nacional abrange o pagamento unificado dos seguintes tributos:

- a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ);
- b) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- c) Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins);
- d) Contribuição Para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep);
- e) Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI);
- f) As contribuições para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica;
- g) Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal (ICMS); e
- h) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Portanto, o Simples Nacional é um sistema integrado de pagamento de tributos criado pela Lei Complementar nº. 123, de 2006, para empresas enquadradas como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Subordinada ao Ministério da Fazenda a Receita Federal do Brasil, a Receita Federal do Brasil é também responsável por uma significativa parte das contribuições sociais do país, além de ser responsável pela condução dos tributos de competência da União.

As competências da Receita Federal são:

- ✓ administração dos tributos internos e do comércio exterior;
- ✓ gestão e execução das atividades de arrecadação, lançamento, cobrança administrativa, fiscalização, pesquisa e investigação fiscal e controle da arrecadação administrada;
- ✓ gestão e execução dos serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiro;
- ✓ repressão ao contrabando e descaminho, no limite da sua alçada;
- ✓ preparo e julgamento, em primeira instância, dos processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários da União;
- ✓ interpretação, aplicação e elaboração de propostas para o aperfeiçoamento da legislação tributária e aduaneira federal;
- ✓ subsídio à formulação da política tributária e aduaneira;
- ✓ subsídio à elaboração do orçamento de receitas e benefícios tributários da União;
- ✓ interação com o cidadão por meio dos diversos canais de atendimento, presencial ou a distância;
- ✓ educação fiscal para o exercício da cidadania;
- ✓ formulação e gestão da política de informações econômico-fiscais;
- ✓ promoção da integração com órgãos públicos e privados afins, mediante convênios para permuta de informações, métodos e técnicas de ação fiscal e para a racionalização de atividades, inclusive com a delegação de competência;
- ✓ atuação na cooperação internacional e na negociação e implementação de acordos internacionais em matéria tributária e aduaneira; (RECEITA FEDERAL, 2016).

Assim, cabe ao Auditor Fiscal uma atividade de grande responsabilidade, visto que é uma autoridade encarregada de verificar o correto funcionamento do sistema tributário, tentando combater a sonegação de impostos. Portanto,

O auditor fiscal é um funcionário público concursado que pode atuar nas esferas municipal, estadual e federal. Sua função principal é fiscalizar a arrecadação de impostos no país, monitorando pessoas físicas e jurídicas, analisando o pagamento de impostos pelos contribuintes, taxas ou outros itens fiscais que incidem sobre mercadorias e serviços, inclusive em transações de importação e exportação. (VERONEZZI, p1).

2.3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFGD

A Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD, no curso de Ciências Contábeis está estruturada por disciplinas de cunho obrigatório as quais tem por pressuposto a formação profissional do Bacharel em Ciências Contábeis de acordo com o PPC as disciplinas,

(...) objetivam preparar técnica e profissionalmente os acadêmicos. Ainda com o objetivo de oferecer noções de gerenciamento, o currículo contempla conteúdos de formação complementar numa perspectiva histórica e contextualizada e sua aplicabilidade no âmbito das organizações e na utilização de novas tecnologias e, por fim, estudos que contribuam para definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à profissão. (PPC, 2010 p. 17).

Portanto, segue abaixo quadro:

QUADRO 6: Disciplinas do Curso de Ciências Contábeis de Formação Profissional	
Administração Financeira	Introdução à administração financeira. Custo do capital. Alavancagem e estrutura de capital. Decisões de longo prazo: financiamentos/investimentos. Decisões de curto prazo: administração do capital de giro. A decisão financeira em condições de risco e incerteza. Planejamento e controle financeiro. Análise de Investimentos: payback; Valor Presente Líquido (VPL); e Taxa Interna de Retorno (TIR).
Análise das Demonstrações Contábeis	Objetivo da Análise das Demonstrações. Análise Horizontal e Análise Vertical. Indicadores de Estrutura de Capital e de Liquidez. Indicadores de Atividades: prazos médios de rotação de estoques, pagamento de fornecedores e de recebimento de vendas. Indicadores de Margem e Rentabilidade: giro do Ativo, margem líquida, rentabilidade do Ativo e do Patrimônio Líquido. Indicadores de preço e Retorno de Ação
Análise de Custos	Sistemas de Custeio: produção por Ordem, Encomenda e produção Conjunta. Custo fixo, Lucro e Margem de Contribuição. Limitações na capacidade de produção. Custeio Variável. Fixação do Preço de Venda. Relação Custo/Volume/Lucro: Ponto de Equilíbrio Contábil, Econômico e Financeiro. Custeio Baseado em Atividade – ABC.
Auditoria	Fundamentos de auditoria. Auditoria interna e externa. Normas de auditoria. Testes de auditoria. Planejamento de auditoria. Papéis de

	trabalho. Auditoria das contas patrimoniais. Auditoria das contas de resultado. Relatórios de auditoria. Pareceres de auditoria. Revisão pelos pares.
Contabilidade Avançada I	Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro e eventos subsequentes. Princípio do Registro pelo Valor Original: Custo Histórico, Custo Corrente, Valor Realizável, Valor Presente, Valor Justo e Atualização Monetária. Teste de Recuperabilidade.
Contabilidade Avançada II	Combinação de Negócios: Fusão, Cisão e Incorporação. Métodos de Avaliação de Investimento e Consolidação das demonstrações contábeis. Demonstração do Resultado Abrangente. Introdução a mensuração, contabilização e evidenciação de Instrumentos Financeiros.
Contabilidade de Custos	Introdução à Contabilidade de Custos. Terminologia Básica. Princípios Contábeis Aplicados à Custos. Esquema Básico da Contabilidade de Custos. Departamentalização. Critérios de Rateio. Aplicação de custos indiretos de produção. Materiais Diretos. Mão de obra Direta. Escrituração contábil de operações relacionadas com custos de produção e de serviços.
Contabilidade e Planejamento Tributário	Apuração e escrituração contábil de tributos federais, estaduais e municipais. Elisão (planejamento tributário). Apuração, registro e controle do LALUR. Contabilização, apuração e escrituração do lucro real, lucro presumido e simples.
Contabilidade Gerencial	Função da Contabilidade Gerencial. Controle: custos controláveis e custos estimados. Custo-Padrão. Análise de variações de materiais, mão de obra e custos indiretos. Controle do investimento operacional. Fluxos financeiros empresarial. Análise de custos e orçamentos. Estratégias de controle da margem de contribuição.
Contabilidade Intermediária I	Escrituração de folha de pagamento e encargos. Reconhecimento de arrendamentos, Ativos Especiais, Ativos Biológicos e Ativos Intangíveis, Estrutura do Patrimônio Líquido e destinação do resultado. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
Contabilidade Intermediária II	Demonstração dos Fluxos de Caixa. Demonstração de Valor Adicionado. Notas Explicativas. Debêntures. Dividendos e Juros sobre o capital próprio. Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de

	demonstrações contábeis.
Contabilidade Societária	Plano de Contas: contas patrimoniais e de resultado; Partidas Dobradas; Escrituração Contábil: Livro Diário e Livro Razão; Operações com Mercadorias: controle periódico dos estoques (CMV) e controle permanente de estoques (PEPS, UEPS, MPM); Escrituração de tributos sobre as receitas (IPI, ICMS, PIS, COFINS); Desconto de Duplicata, Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa, Depreciação, Amortização e Exaustão e receitas e despesas pagas antecipadamente; Balanço Patrimonial, Procedimentos de Apuração do Resultado e Demonstração do Resultado do Exercício.
Controladoria	Conceito, objetivos e estrutura da Controladoria. Missão e Estrutura da Controladoria e o papel do Controller. Valor da Empresa. Definição da estrutura do Ativo e do Passivo. Aspectos da controladoria no controle: custos e preço de venda; política de redução de custos.
Ética Geral e Profissional	Conceitos. A moral e a ética. Ética geral, empresarial e profissional. Código de ética profissional do contabilista. Processos, infrações e penalidades. Responsabilidade civil, criminal, fiscal e social. Legislação do exercício profissional.
Noções de Contabilidade Atuarial	Perspectiva Histórica. Conceito, Legislação, Estrutura do Mercado Segurador, Tipos de Seguro. Provisões Técnicas, Limites Operacionais e Informações para Apoio à Gestão das Seguradoras.
Orçamento e Contabilidade Governamental	Classificação orçamentária, processo orçamentário: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Controle segundo a Lei 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000. Conceituação de contabilidade pública conforme dispositivos legais. Sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação.
Orçamento empresarial e Análise de Investimentos	Aspectos introdutórios sobre orçamento e sua aplicação. Plano Orçamentário. Orçamento de vendas e de produção. Orçamento de materiais e estoques. Orçamento de despesas gerais. Orçamento de Investimentos e de Financiamentos. Orçamento de Caixa. Projeção dos Demonstrativos Contábeis. Controle Orçamentário.
Perícia, Avaliação e	Conceito de Perícia; A Perícia como meio de prova; Perícia Judicial e Extrajudicial; Procedimentos Periciais; Planejamento da Perícia;

Arbitragem	Diligências; Quesitos Periciais; Execução da Perícia; Laudo e Parecer Pericial Contábil; Esclarecimentos acerca da perícia; Arbitragem.
Teoria da Contabilidade	A Contabilidade no quadro geral das ciências. Origem e evolução do pensamento contábil. Escolas e doutrinas da contabilidade. Objetivos e metodologia da contabilidade. Postulados e princípios contábeis. Ativo e sua avaliação. Passivo e sua mensuração. Receitas. Despesas. Ganhos e perdas. Patrimônio líquido. Evidenciação (Disclosure).

Fonte: Elaborado através do PPC 2010 da UFGD.

3 METODOLOGIA

A metodologia consiste em demonstrar como a pesquisa será organizada, quanto a sua abordagem, métodos e técnicas de levantamento de dados. Sendo elaborada de forma clara para que qualquer pessoa possa compreender o objeto de estudo.

De acordo com D'Acampora (2006, p.53) a metodologia:

(...) tem por base a observação rigorosa e imparcial dos fatos, com o estabelecimento de que serão utilizados sistematicamente durante todo o processo de investigação. [...] Impõe exigências. Uma delas é o rigor da linguagem, explicitada de maneira clara, objetiva e com definições precisas de uma maneira que torne a expressão da idéia, como um fato de fácil compreensão, onde quem quer que leia, entenda.

3.1 DELINEAMENTOS DA PESQUISA

O delineamento é escrito de modo sucinto, claro e preciso abordando o tema a ser estudado tanto para o entendimento do pesquisador quanto para o leitor. Lopes (2009, p.41), complementa ressaltando que o delineamento da pesquisa “(...) deve definir claramente o campo do conhecimento a que pertence o assunto, bem como o lugar que ocupa no tempo (período cronológico) e no espaço (geográfico)”.

3.1.1 A pesquisa quanto aos objetivos

O delineamento da pesquisa quanto aos objetivos pode se enquadrar em uma pesquisa exploratória, descritiva ou explicativa. Beuren (2010).

Neste trabalho estará sendo abordada, a pesquisa descritiva onde descreve as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Ex.: pesquisa referente à idade, sexo, procedência, eleição etc. Gil (2009 p. 28).

O trabalho será desenvolvido com base nas avaliações que a instituição ESAF (Escola de Administração Fazendária) disponibiliza em seu site, tendo como enfoque principal o concurso da Receita Federal do Brasil para o cargo de auditor fiscal entre os anos de 2005 a 2014, ofertando avaliações nos anos de 2005, 2009, 2012 e 2014.

3.1.2 A pesquisa quanto aos procedimentos

No delineamento da pesquisa quanto aos procedimentos “enquadram-se o estudo de caso, pesquisa de levantamento, a pesquisa documental, a pesquisa participante e a pesquisa experimental”, para Beuren (2010).

O propósito desta monografia é apresentar o estudo de caso como instrumento de investigação, uma modalidade de pesquisa que pode ser aplicada em diversas áreas do conhecimento. O estudo de caso na visão de (Gil, 2008) consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

Portanto, esta monografia consiste em um estudo aprofundado das quatro provas que são aplicadas aos candidatos para o cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil entre os de 2005 e 2014.

3.1.3 A pesquisa quanto à abordagem do processo

Richardson (1989) expõe que o método quantitativo é frequentemente aplicado nos estudos descritivos (aqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis), os quais propõem investigar “o que é”, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal.

Este estudo se enquadra na pesquisa quantitativo-descritiva como uma categoria de pesquisa, o qual possui subdivisões de modo geral a “verificação de hipóteses e a descrição de relações quantitativas entre variáveis especificadas”. (TRIPOLDI, 1981, p. 48).

Por isso, a pesquisadora optou em analisar as provas do concurso de auditor fiscal da Receita Federal elaboradas pela instituição ESAF nos períodos de 2005 a 2014, onde durante este período ocorreram quatro provas, cujo anos de realização foram 2005, 2009, 2012 e 2014.

A limitação deste trabalho é caracterizada pela falta de informação no ano de 2005 da instituição UFGD para comparação da grade curricular do curso de Ciências Contábeis com as avaliações do concurso da Receita Federal do Brasil do mesmo ano, já que a faculdade FACE foi implantada no ano de 2006.

A Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE) foi instituída em 2006, com a implantação da UFGD. O curso de Ciências Contábeis foi implementado no ano de 1986, o curso de Administração em 2000, o curso de Economia em 2009. Com essa experiência, diversas foram as ações de ensino, pesquisa e extensão, tais como: semana acadêmica, visitas técnicas, projetos de ensinos, ciclo de palestras, publicações de trabalhos científicos em congressos e revistas. Além dos cursos de graduação, a FACE oferece também o Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, criado no ano de 2011, e o Mestrado Profissional em Administração Pública em rede, criado no ano de 2013, buscando especializar ainda mais os egressos para o mercado de trabalho. (PPC, 2010 p. 10).

Com o intuito de colaborar e fornecer informações aos acadêmicos de ciências contábeis com relação à tão sonhada carreira pública, onde faz um comparativo da grade curricular do curso em relação às avaliações de cada ano analisando, especificamente, o concurso para o cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil ao qual é almejado por muitos.

Assim, o trabalho foi desenvolvido mediante a análise das avaliações disponíveis no site da instituição ESAF nos anos de 2005, 2009, 2012 e 2014, onde cada ano apresentou 3 etapas, sendo elas: Prova 1 - Objetiva de Conhecimentos Gerais; Prova 2 - Objetiva de Conhecimentos Específicos ou Objetiva de Conhecimento Especifico I; Prova 3 - Objetiva de Conhecimentos Especializados, Conhecimento Especifico II ou Prova Discursiva.

Primeiramente, classificaram-se as avaliações em quantidade de questões cobradas em cada etapa e ano, em seguida relacionaram-se por matérias de modo geral. Logo após, as questões foram identificadas por matérias na área da contabilidade e finalmente, foram distribuídas as avaliações nas áreas de contabilidade específica de formação profissional, para isso utilizou-se a grade curricular de curso de Ciências Contábeis da UFGD.

4. ANÁLISE DA PESQUISA

Após o estudo da fundamentação teórica realiza-se a análise a partir das informações obtidas pela instituição ESAF (Escola de Administração Fazendária), direcionada ao concurso da Receita Federal do Brasil para o cargo de Auditor Fiscal nos anos de 2005, 2009, 2012 e 2014.

4.1 ANÁLISES DAS AVALIAÇÕES ESCRITAS DO CONCURSO DE AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A ESAF instituição que desenvolve, prepara e realiza as atividades de seleção e recrutamento em todo o território nacional em relação ao Serviço Público, aplica suas provas de caráter seletivo, eliminatório e classificatório. Suas avaliações ocorrem de 3 (três) maneiras:

Prova 1 - Objetiva de Conhecimentos Gerais;

Prova 2 - Objetiva de Conhecimentos Específicos ou Objetiva de Conhecimento Específico I;

Prova 3 - Objetiva de Conhecimentos Especializados, Conhecimento Específico II ou Prova Discursiva.

A tabela abaixo representa a quantidade de questões que cada prova apresentou no concurso para o cargo de Auditor Fiscal nos anos de 2005 a 2014.

TABELA 7: Prova da Receita Federal do Brasil para o cargo de Auditor Fiscal - Quantidade de questões dos quatros anos

ETAPAS	2005	2009	2012	2014	TOTAL
Prova 1	60	70	80	70	280
Prova 2	60	60	60	70	250
Prova 3	60	60	60	2	182
TOTAL	180	190	200	142	712

Fonte: Elaborada através das Provas de Auditor Fiscal dos anos de 2005 a 2014 pela ESAF.

No ano de 2005 nas três etapas de avaliações que ocorreram para o concurso de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, identificou-se que ocorreu a padronização quanto ao número de questões que cada etapa de prova apresentou, ou seja, cada prova apresentou 60 questões. A partir de então, este número de questões oscilou nos anos de 2009 e 2012 na prova de conhecimentos gerais, sendo assim, na prova 1 de 2009 nota-se que o aumento foi de 10 questões e 20 questões respectivamente em relação ao ano de 2005, mas que as provas 2 e 3, não tiveram alterações comparado com o ano de 2005, permanecendo assim em 60 questões cada etapa.

Diferentemente, no ano de 2014 o número de questões voltou a apresentar o mesmo número de questões do ano de 2009, por outro lado ocorreu um aumento na prova 2 de conhecimentos específicos, acrescentando 10 questões. A mudança maior em relação aos quatro anos de prova do concurso foi o ano de 2014, na prova 3, observa-se que no mesmo ano o número de questões foram 2, isso ocorreu devido à mudança de critério que a instituição ESAF passou a utilizar.

As provas 1, 2, e 3 nos anos de 2005 a 2012 eram avaliações objetivas, cada questão apresentava 5 (cinco) alternativas contendo apenas 1 (uma) alternativa correta. Já no ano de 2014, este critério de múltipla escolha permaneceu apenas nas etapas 1 e 2. A etapa 3 passou a ser avaliado de modo discursivo, abrangendo a capacidade do candidato de desenvolver o tema proposto, avaliando assim a capacidade de argumentação, sequência lógica do pensamento, alinhamento ao tema e cobertura dos tópicos apresentados; como também quanto ao idioma, avaliando os aspectos formais, gramaticais e textuais.

Deste modo, durante os quatro anos que ocorreram as avaliações para o concurso de Auditor Fiscal, ao todo foram aplicadas 712 questões, onde o ano de 2012 foi o que mais apresentou questões das três etapas de avaliação e que o ano que apresentou menor número de questões foi o ano de 2014 com 142 questões.

Segue abaixo tabela especificando quais são as matérias cobradas na prova 1 de Conhecimentos Gerais:

**TABELA 8: Prova da Receita Federal do Brasil para o cargo de Auditor Fiscal -
Quantidade de questões (Prova 1)**

MATÉRIAS	2005	2009	2012	2014	TOTAL
Administração Geral e Pública	00	00	10	10	20
Direito: Civil, Penal e Comercial	00	20	20	00	40
Direito Administrativo	00	00	00	10	10
Direito Constitucional	00	00	00	10	10
Informática	15	00	00	00	15
Inglês ou Francês ou Espanhol	10	10	10	10	40
Língua Portuguesa	20	20	20	20	80
Matemática Financeira e Estatística Básica	15	00	00	00	15
Raciocínio Lógico Quantitativo	00	20	20	10	50
TOTAL	60	70	80	70	280

Fonte: Elaborada através das Provas de Auditor Fiscal dos anos de 2005 a 2014 pela ESAF.

Partindo para a análise de conteúdo das questões de provas dos concursos públicos foi observado que o principal conteúdo exigido dos candidatos é a língua portuguesa, sendo cobradas 20 questões em todos os anos. A segunda matéria que mais foi cobrada foi raciocínio lógico quantitativo, porém esta matéria não foi cobrada no ano de 2005, porém foi cobrada em seu lugar a matemática financeira e estatística básica. Outra matéria que foi cobrada em todos os anos foi inglês, francês ou espanhol, onde o candidato ao fazer sua inscrição opta por uma das três línguas estrangeiras, em cada ano foi cobrado em prova 10 questões. A disciplina de administração geral e pública ganhou importância somente nos anos de 2012 e 2014, incluindo 10 questões. Já nos anos de 2009 e 2012 incluíram 20 questões na disciplina de direito civil, penal e comercial. Direitos administrativo, constitucional e informática, foram às três matérias que mais oscilaram, pois foram cobradas uma vez em cada quatro anos de avaliações sendo considerados 10, 10 e 15 questões respectivamente. A tabela analisada acima apresentou durante os anos de 2005 a 2014 um total de 280 (duzentos e oitenta) perguntas.

Na segunda etapa de provas de conhecimentos específicos ou conhecimentos específicos I, obtiveram as seguintes matérias:

**TABELA 9: Prova da Receita Federal do Brasil para o cargo de Auditor Fiscal -
Quantidade de questões (Prova 2)**

MATÉRIAS	2005	2009	2012	2014	TOTAL
Auditoria	00	00	10	10	20
Comércio Internacional e Legislação Aduaneira	00	10	00	15	25
Contabilidade Geral e Avançada	20	00	00	20	40
Direito Administrativo e Constitucional	40	20	20	00	80
Direito Previdenciário	00	10	00	00	10
Direito Tributário	00	20	30	15	65
Legislação Tributária	00	00	00	10	10
TOTAL	60	60	60	70	250

Fonte: Elaborada através das Provas de Auditor Fiscal dos anos de 2005 a 2014 pela ESAF.

Ao todo foram 250 (duzentos e cinquenta) perguntas para um total de sete matérias. As disciplinas de direito previdenciário e legislação tributária apresentam o menor número de perguntas e ambas acontecem uma vez a cada quatro anos. As disciplinas de auditoria; comercio internacional e legislação aduaneira e contabilidade geral e avançada, durante os quatro anos ocorreram duas vezes a cada quatro anos de provas, cada uma respectivamente apresentou um total geral de 20, 25 e 40 perguntas. Direitos Administrativo e Constitucional, ganharam o maior destaca que sendo cobrados nos anos de 2005, 2009 e 2012, tendo um total geral de 80 questões. A segunda disciplina mais exigida com 65 questões é o Direito Tributário.

Verificou-se as seguintes matérias cobradas na prova 3 de Conhecimentos Especializados, Conhecimento Especifico II ou Prova Discursiva. Segue:

**TABELA 10: Prova da Receita Federal do Brasil para o cargo de Auditor Fiscal -
Quantidade de questões (Prova 3)**

MATÉRIAS	2005	2009	2012	2014	TOTAL
Administração Pública	00	10	00	00	10

Auditoria	00	20	00	00	20
Contabilidade Geral e Avançada	00	20	30	00	50
Direito Internacional Público, Comércio Internacional e Legislação Aduaneira	15	00	15	1	31
Direito Previdenciário	15	00	00	00	15
Direito Tributário	20	00	00	1	21
Economia e Finanças Públicas	10	10	00	00	20
Legislação Tributária	00	00	15	00	15
TOTAL	60	60	60	02	182

Fonte: Elaborada através das Provas de Auditor Fiscal dos anos de 2005 a 2014 pela ESAF.

Entre as três etapas de provas aplicadas pela ESAF a última é a que apresenta o menor número de perguntas, contendo 182 questões, porém seu grau de dificuldade é maior, principalmente no último ano onde a prova não é mais objetiva, mas sim discursiva apresentando apenas duas questões, que no caso foram Direito Internacional Público, Comércio Internacional, Legislação Aduaneira e Direito Tributário. Os demais anos apresentaram o mesmo número de questões, 60 cada. A Contabilidade Geral e Avançada mesmo sendo cobrada na prova 2 é também cobrada na prova 3, sendo 50 perguntas no total geral. A Auditoria é uma matéria que ocorre nas provas 2 e 3, apresentando o mesmo número de questão nas duas etapas. Similarmente acontece com Direito Previdenciário, Direito Tributário e Legislação Tributária, aumentando número de questão de 10 para 15; diminuindo de 65 para 21 e aumentando de 10 para 15, respectivamente. As duas matérias novas são Administração Pública Economia e Finanças Públicas, na devida ordem no total geral conforme a tabela apresenta 10 e 20 questões.

4.2 ANÁLISE DAS AVALIAÇÕES POR TEMA NA ÁREA DE CONTABILIDADE

Ao realizar este estudo quando a análise por tema da contabilidade foi observado que na primeira etapa de prova que a instituição ESAF aplicou para os candidatos que objetivam em obter um cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, não apresentam nenhuma

matéria específica na área de contabilidade. Diferentemente nas etapas 2 e 3. Segue abaixo tabela:

TABELA 11: Matérias específicas da área de Contabilidade para o concurso da Receita Federal do Brasil – Cargo Auditor Fiscal (Prova 2)

MATÉRIAS	2005	2009	2012	2014	TOTAL
Análise de Balanço	01	00	00	03	04
Auditoria	01	00	10	10	21
Contabilidade Geral	18	00	00	17	35
Contabilidade Pública	00	00	00	00	00
TOTAL	20	00	10	30	60

Fonte: Elaborada através das Provas de Auditor Fiscal dos anos de 2005 a 2014 pela ESAF.

A contabilidade apresenta uma grande quantidade de matérias, porém nota-se que para o concurso de Auditor Fiscal apenas são consideradas 4 disciplinas. A disciplina que mais foi cobrada considerando os anos de 2005 a 2014 foi Contabilidade Geral, entretanto mesmo apresentando o total geral de 35 perguntas, esta foi exigida nos anos de 2005 e 2014. Com 21 perguntas temos em segundo lugar a matéria de Auditoria, conta na tabela acima que nos anos de 2012 e 2014 caíram 10 questões. Em terceiro lugar fica Análise de Balanços apresentando 4 questões em seu total geral. A matéria que não apresentou nenhuma questão foi Contabilidade Pública, no entanto, foi cobrada na terceira etapa da prova do concurso, abaixo temos a tabela:

TABELA 12: Matérias específicas da área de Contabilidade para o concurso da Receita Federal do Brasil – Cargo Auditor Fiscal (Prova 3)

MATÉRIAS	2005	2009	2012	2014	TOTAL
Análise de Balanço	00	03	02	00	05
Auditoria	00	20	00	00	20
Contabilidade Geral	00	15	28	00	43
Contabilidade Pública	00	03	00	00	03
TOTAL	00	41	30	00	71

Fonte: Elaborada através das Provas de Auditor Fiscal dos anos de 2005 a 2014 pela ESAF.

Conforme exposto acima, no ano de 2009 a matéria de Contabilidade Pública foi exigida 3 questões, empatando com o número de questões e ano com matéria de Análise de Balanço. Repara que na tabela a Contabilidade Geral conta um total de 43 questões, obtendo assim a matéria mais cobrada na mesma maneira que ocorreu na segunda etapa de prova que a instituição da ESAF aplica. Por último, temos Auditoria com 20 questões, que comparando com a segunda etapa foi exigida 1 questão.

Para um melhor esclarecimento, abaixo temos outra tabela contendo o somatório das provas 2 e 3. Examinando a tabela, no ano de 2005 na área da contabilidade foram aplicadas 20 questões. Em 2009, um total de 41 questões. Em 2012 um total de 40 e por último 30 questões em 2014. Confira a tabela

TABELA 13: Matérias específicas da área de Contabilidade para o concurso da Receita Federal do Brasil – Cargo Auditor Fiscal – Geral

MATÉRIAS	2005	2009	2012	2014	TOTAL
Análise de Balanço	01	03	02	03	09
Auditoria	01	20	10	10	41
Contabilidade Geral	18	15	28	17	78
Contabilidade Pública	00	03	00	00	03
TOTAL	20	41	40	30	131

Fonte: Elaborada através das Provas de Auditor Fiscal dos anos de 2005 a 2014 pela ESAF.

Considerando o total de 131 questões aplicadas nos anos de 2005 a 2014, o gráfico acima representa em porcentagem as quatro disciplinas. Portanto, com 60% temos as disciplinas de Contabilidade Geral, 32% representa a disciplina de Auditoria, com 6 % Análise de Balanço e com apenas 2% Contabilidade Pública

De acordo, com as avaliações específicas da área da contabilidade e para uma melhor explicação, segue:

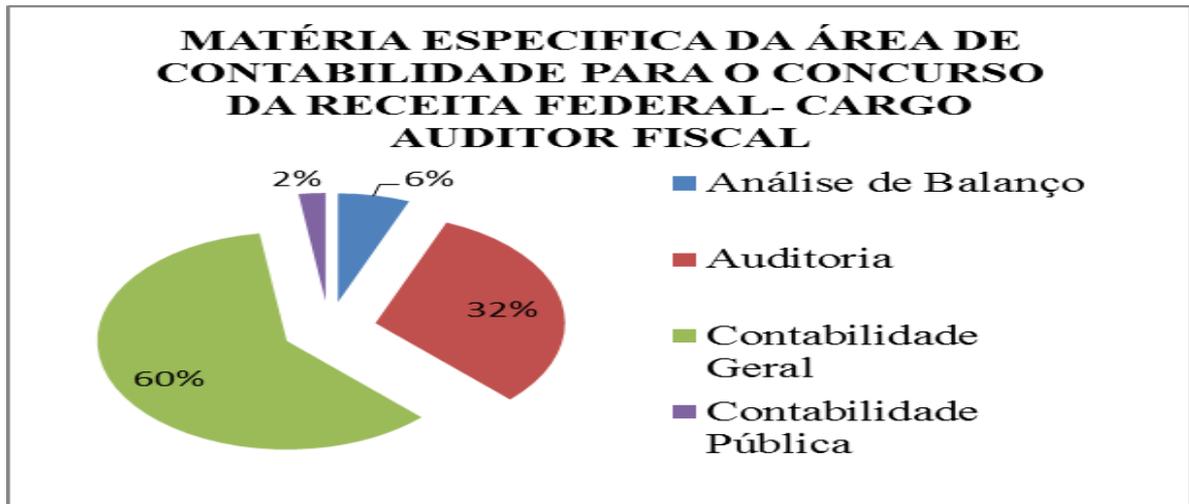


Figura 01: Matéria Específica da Área de Contabilidade para o Concurso da Receita Federal do Brasil - Cargo Auditor Fiscal

Fonte: Elaborada através das Provas de Auditor Fiscal dos anos de 2005 a 2014 pela ESAF.

4.3 ANÁLISE DAS AVALIAÇÕES COM RELAÇÃO À GRADE CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFGD

Verificou-se com base no histórico da implantação da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE) da UFGD que o mesmo foi implantado no ano de 2006, portanto não podendo ser analisado no ano de 2005. Segue dados:

A Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE) foi instituída em 2006, com a implantação da UFGD. O curso de Ciências Contábeis foi implementado no ano de 1986, o curso de Administração em 2000, o curso de Economia em 2009. Com essa experiência, diversas foram as ações de ensino, pesquisa e extensão, tais como: semana acadêmica, visitas técnicas, projetos de ensinamentos, ciclo de palestras, publicações de trabalhos científicos em congressos e revistas. Além dos cursos de graduação, a FACE oferece também o Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, criado no ano de 2011, e o Mestrado Profissional em Administração Pública em rede, criado no ano de 2013, buscando especializar ainda mais os egressos para o mercado de trabalho. (PPC, 2010 p. 10).

Com base na grade curricular da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no ano de 2009, observa-se que ao todo temos 18 (dezoito) matérias que são obrigatórias para a formação profissional do curso de Ciências Contábeis.

Segue abaixo:

TABELA 14: Grade curricular de formação profissional do curso de Ciências Contábeis da UFGD ano de 2009

DISCIPLINAS	PV 02	PV 03	TOTAL
01-Administração Financeira	00	00	00
02-Análise das Demonstrações Contábeis	00	03	03
03-Análise de Custos	00	00	00
04-Auditoria	00	20	20
05-Contabilidade Avançada I e II	00	00	00
06-Contabilidade de Custos	00	00	00
07-Contabilidade e Planejamento Tributário	00	00	00
08-Contabilidade Gerencial	00	00	00
09-Contabilidade Intermediária I e II	00	00	00
10- Contabilidade Pública	00	03	03
11-Contabilidade Societária	00	01	01
12-Controladoria	00	00	00
13- Estrutura das Demonstrações Contábeis	00	08	08
14-Ética Geral e Profissional	00	00	00
15- Orçamento Empresarial e Análise de Investimento	00	00	00
16- Orçamento Público	00	00	00
17-Perícia, Avaliação e Arbitragem	00	00	00
18-Teoria de Contabilidade	00	00	00
Total	00	35	35

Fonte: Elaborada através das Provas de Auditor Fiscal dos anos de 2005 a 2014 pela ESAF e grade curricular do curso de Ciências Contábeis da UFGD.

De modo geral, verifica-se que a prova 02 não apresenta nenhuma questão de cunho obrigatório para a formação, entretanto, na prova 03 ao todo foram cobrados o total de 35

questões. A matéria mais cobrada foi Auditoria apresentando 20 questões, logo em seguida estrutura das Demonstrações Contábeis (08 questões), Contabilidade Pública (03 questões), Análise das Demonstrações Contábeis (03 questões) e por último com Contabilidade Societária (01 questão).

Cabe ressaltar, que 6 questões que são da área da Contabilidade Geral, são classificadas como Introdução a Contabilidade, contudo, esta é classificada pela grade curricular do curso como sendo eixo de formação comum à área da contabilidade. Diante disso, da área da contabilidade temos um total de 41 questões.

A tabela abaixo representa o ano de 2012:

TABELA 15: Grade curricular de formação profissional do curso de Ciências Contábeis da UFGD ano de 2012

DISCIPLINAS	PV 02	PV 03	TOTAL
01-Administração Financeira	00	00	00
02-Análise das Demonstrações Contábeis	00	02	00
03-Análise de Custos	00	00	00
04-Auditoria	10	00	00
05-Contabilidade Avançada I e II	00	00	00
06-Contabilidade de Custos	00	00	00
07-Contabilidade e Planejamento Tributário	00	00	00
08-Contabilidade Gerencial	00	00	00
09-Contabilidade Intermediária I e II	00	04	00
10- Contabilidade Pública	00	00	00
11-Contabilidade Societária	00	04	00
12-Controladoria	00	00	00
13- Estrutura das Demonstrações Contábeis	00	15	00
14-Ética Geral e Profissional	00	00	00
15- Orçamento Empresarial e Analise de Investimento	00	00	00

16- Orçamento Público	00	00	00
17-Perícia, Avaliação e Arbitragem	00	00	00
18-Teoria de Contabilidade	00	00	00
Total	10	25	35

Fonte: Elaborada através das Provas de Auditor Fiscal dos anos de 2005 a 2014 pela ESAF e grade curricular do curso de Ciências Contábeis da UFGD.

Do mesmo modo, temos a grade curricular do ano de 2012, igual ao ano de 2009, ou seja, apresenta as mesmas matérias e quantidades de disciplinas obrigatórias para a formação profissional de um graduado na área de Ciências Contábeis. Observa-se que na prova 02 apenas uma matéria de dezoito que foram cobrados, caindo assim 10 questões de Auditoria. Porém, na prova 03 esta matéria não foi cobrada, destacando-se assim com 15 questões a disciplina de Estrutura das Demonstrações Contábeis. Logo em seguida temos Contabilidade Intermediária e Contabilidade Societária com 04 questões e por fim a disciplina de Análise das Demonstrações Contábeis com 02 questões. Cabe salientar que 05 questões que foram classificadas como Contabilidade Geral receberam uma classificação mais específica como sendo Introdução à Contabilidade que é classificada pela grade curricular do curso como sendo eixo de formação comum à área da contabilidade, totalizam-se, portanto, 30 questões na prova 03.

E por último temos o ano de 2014, segue:

TABELA 16: Grade curricular de formação profissional do curso de Ciências Contábeis da UFGD ano de 2014

DISCIPLINAS	PV 02	PV 03	TOTAL
01-Administração Financeira	00	00	00
02-Análise das Demonstrações Contábeis	03	00	03
03-Análise de Custos	01	00	01
04-Auditoria	10	00	10
05-Contabilidade Avançada I e II	00	00	00
06-Contabilidade de Custos	00	00	00
07-Contabilidade e Planejamento Tributário	00	00	00

08-Contabilidade Gerencial	00	00	00
09-Contabilidade Intermediária I e II	05	00	05
10- Contabilidade Pública	00	00	00
11-Contabilidade Societária	05	00	05
12-Controladoria	00	00	00
13- Estrutura das Demonstrações Contábeis	04	00	04
14-Ética Geral e Profissional	00	00	00
15- Orçamento Empresarial e Análise de Investimento	00	00	00
16- Orçamento Público	00	00	00
17-Perícia, Avaliação e Arbitragem	00	00	00
18-Teoria de Contabilidade	00	00	00
Total	28	00	28

Fonte: Elaborada através das Provas de Auditor Fiscal dos anos de 2005 a 2014 pela ESAF e grade curricular do curso de Ciências Contábeis da UFGD.

O ano de 2014 apesar de ser o ano que representa em sua prova 03 um índice de dificuldade maior por apresentar questões abertas, não apresenta nenhuma questão que seja de cunho obrigatório para a formação profissional, ou seja, as duas questões cobradas representam na grade curricular eixo de formação comum à área, sendo classificada como Introdução à Contabilidade, dentro da Contabilidade Geral apresentada na classificação de Contabilidade Geral.

Evidencia assim, através da prova 02, que das disciplinas que são ofertadas para a formação profissional obrigatória obtiveram o total de 28 questões, sendo a disciplina de Análise de Custo a que representa menor número de questões e a que representa maior número de questões é Auditoria, seguida de Contabilidade Societária, Intermediária, Estrutura das Demonstrações e Análise das Demonstrações.

5 CONSIDERAÇÕES

Em busca de um futuro com segurança e estabilidade, o concurso público é uma forma democrática para garantia disso, ou seja, com esses dois atrativos, diversas pessoas e, principalmente, acadêmicos almejam tanto a carreira pública, já que hoje enfrentamos uma crise financeira extrema.

Os concursos públicos recebem diversas categorias desde nível fundamental até nível superior, onde estes cargos são alocados pelos Municípios, Estados e Governo Federal. Estas provas de seleção ocorrem quando há necessidades de preenchimento de vagas e o critério é só um, o candidato que obtiver maior pontuação, conseqüentemente a melhor classificação dentro da vaga ofertada, será convocado. A busca por essa estabilidade não é tão fácil, visto que a concorrência é muito alta, exigindo assim disposição para horas e horas de estudo, visando atingir o objetivo da convocação.

Diversas são as bancas responsáveis pelas realizações das avaliações dos concursos pelo Brasil, à instituição ESAF é a banca responsável pela realização dos concursos da Receita Federal do Brasil, ao qual a remuneração salarial é tentadora. Portanto, abordamos ao longo deste trabalho qual é a contribuição das disciplinas de formação profissional do curso de Ciências Contábeis na carreira pública, para isso foram analisadas as provas dos anos de 2005, 2009, 2012 e 2014 em suas três etapas.

Observou-se, ao longo deste trabalho que a cada ano analisado o nível de dificuldade aumenta, ou seja, o número de questões aumenta, exigindo assim do candidato maior concentração e preparo. O exemplo disto, temos o ano de 2014 no qual deixa de trazer na prova 3 questões de múltipla escolha, para questões abertas.

Verificou-se que na prova 1 foi cobrado questões do cotidiano, matérias de português, matemática, raciocínio lógico; direito civil, administrativo, penal, isto é, conhecimentos gerais. Nas provas 2 e 3 foram exigidas questões específicas na área, assim as matérias apresentadas no edital representam para ambas etapas, não tendo um critério específico de matérias cobradas.

Análise de Balanço, Auditoria, Contabilidade Geral e Contabilidade Pública, são as quatro matérias que possuem temas na área da Contabilidade que foram cobradas no concurso da Receita Federal para o cargo de Auditor Fiscal. Entre as quatro disciplinas a que ganha destaque de quantidade de questões é Contabilidade Geral. Cabe destacar que de um total de

712 questões analisadas durante os quatro anos, 131 questões são da área da Contabilidade, este número representa 18,40% de questão da área da Contabilidade.

Cumpra assim a última etapa deste trabalho o critério de verificar das 131 questões quais são as disciplinas que tem maior ênfase na grade curricular na formação profissional de um contador, para isso trabalha-se com as grades de cada ano. Ao longo deste desenvolvimento, verifica-se por parte da pesquisadora que ocorreram mudanças na grade curricular do curso, a exemplo disso temos o ano de 2005, ano em que o curso de Ciências Contábeis não contribui em nada, pois o mesmo ainda não existia. O curso de Ciências Contábeis foi implantado na Universidade Federal da Grande Dourados no ano de 2006. Outra mudança que ocorreu foi em decorrência da carga horária de algumas disciplinas, entretanto, não ocorreram mudanças na área de formação profissional.

De um total de 18 disciplinas de cunho obrigatório da área profissional, na prova 2 de 2009 e prova 3 de 2014 não foram cobrados nenhuma matéria obrigatória. No ano de 2009 foi o que obteve maior ênfase totalizando 35 questões. O ano de maior importância foi em 2012 que em ambas as provas 2 e 3 cobraram questões obrigatórias do curso.

Sendo assim, fica como sugestão para próxima pesquisa uma análise abordando não somente a área de formação profissional, como também os componentes de formação comum à universidade e de formação básica, para uma possível comparação.

REFERÊNCIAS

BACCI, J.. **Estudo exploratório sobre o desenvolvimento contábil brasileiro: uma contribuição ao registro de sua evolução histórica.** 2002.

BEUREN, Ilse Maria. **Trajetória da construção de um trabalho monográfico em contabilidade.** In LONGARAY, André Andrade; RAUPP, Fabiano Maury; SOUZA, Marco Aurélio Batista de; COLAUTO, Romualdo Douglas; PORTON, Rosimeire Alves de Bona (Org.). Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2010. p 46-75.

BORGES, Humberto Bonavides. **Gerência de Impostos, IPI, ICMS e ISS.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL, **Emenda Constitucional Nº 19, de 04 de Junho de 1998.** Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm#art3> Acesso 03/01/2016

BRASIL, **Lei nº 9.307, de 23 de Setembro de 1996.** Dispõe sobre a arbitragem (Vide Lei nº 13.129, de 2015) (Vigência) Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9307.htm> Acesso em: 02/02/2016

BRASIL, **Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm> Acesso em: 02/02/2016

BRASIL, **Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990.** Define crimes contra ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8137.htm> Acesso em: 03/01/2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 20/11/2015.

CONCURSO DA CAIXA. **Conheça os diferentes perfis das bancas organizadoras de concursos.** Disponível em:< <http://concursosdacaixa.com/CONHECA-DIFERENTES-PERFIS-BANCAS-ORGANIZADORAS-CONCURSOS/>>. Acesso dia 10/03/2016.

CPC, **Comitê de Pronunciamentos Contábeis: Pronunciamento Técnico CPC 00-Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.** Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em 20/11/2015.

CRC, **Conselho Federal de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul.** Disponível em: <<http://www.crcms.org.br>>. Acesso em 03/01/2016.

D'ACAMPORA, Armando José. **Investigação científica: planejamento e redação.** 20. Ed. Blumenau: Nova Letra, 2006.

ESAF, **Escola de Administração Fazendária.** Disponível < <http://www.esaf.fazenda.gov.br/> > Acesso em: 02/02/2016.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária.** 11. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade.** Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 5ª Edição. São Paulo. Atlas, 1999.

IUDICIBUS, Sergio de.; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade.** São Paulo. Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S.; RICARDINO FILHO, A. A.. **A Primeira Lei das Sociedades Anônimas no Brasil. Revista Contabilidade e Finanças – USP, SÃO PAULO, N. 29, P.7-25, MAIO/AGO. 2002.**

LAGIOIA, Umbelina Cravo. Teixeira; SANTIAGO, Hugo Leonardo Ferraz; GOMES, Rafael Barbosa; RIBEIRO FILHO, José Francisco. **Uma investigação sobre as expectativas dos estudantes e o seu grau de satisfação em relação ao curso de Ciências Contábeis.** 2007. **Revista Contemporânea de Contabilidade.** Ano 04, v.1, n. 8. p.121-138. de julho a dezembro de 2007.

LOPES, ANTONIO CARLOS VAZ. **Projeto Pedagógico de Curso Graduação em Ciências Contábeis- Bacharelado.** 2010. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/prograd/cograd/cgp/ppcs/cienciascontabeis/> > Acesso 03/01/2016

LOPES, Edson; **Trabalho Científico Teorias e aplicações**. Edição Única. São Paulo: Reflexão, 2009.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 24. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária**. 2. Ed. rev. e ampliada – São Paulo: Saraiva, 2008.

OLIVEIRA, Luis Martins de. CHIEREGATO, Renato; PEREZ JR. José Hernandes; GOMES, Marliete Bezerra; **Manual de Contabilidade Tributária**. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Luis Martins de. CHIEREGATO, Renato; PEREZ JR. José Hernandes; GOMES, Marliete Bezerra; **Manual de Contabilidade Tributária**. São Paulo: Atlas, 2002.

PATI, Camila. **O estilo das 6 principais bancas de concursos públicos**. Revista Exame. Ano 29/08/2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/o-estilo-das-6-principais-bancas-de-concursos-publicos>. Acesso em: 05/02/2016.

RF, **Receita Federal**. Disponível : <http://www.receita.fazenda.gov.br/SRF/ConhecaRFB.htm> . Acesso: 20/03/2016.

RICARDINO FILHO, A. A.. **Auditoria: Ensino acadêmico x treinamento profissional**. Tese. 2002, (Doutorado em Controladoria e Contabilidade).

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

SÁ, Antônio Lopes de. **Princípios Fundamentais de Contabilidade**. 3ª edição, São Paulo : ed. Atlas, 2000

SÁ, A. L. de. **História Geral e das Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SILVIA, LISSANDRA PEDRO DA. **Escola Neocontista ou Moderna Escola Francesa**. 2010. Disponível em: < <http://www.contabeis.com.br/artigos/449/escola-neocontista-ou-moderna-escola-francesa/> > Acesso em 20/11/2015.

TRIPODI, T.; FELLIN, P.; MEYER, H.J. **Análise da pesquisa social: diretrizes para o uso de pesquisa em serviço social e ciências sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

VENTURELLI, MARISA ALONSO MARIQUITO. **A História da Contabilidade: da pré história ao panorama atual.** Disponível em: <
http://www.sudamerica.edu.br/arquivos_internos/publicacoes/Marisa.pdf> Acesso dia 01/11/2015.

VERONEZZI, Felipe. **Quanto ganha um Auditor Fiscal?** Guia da Carreira. Disponível em:
<http://www.guiadacarreira.com.br/salarios/quanto-ganha-um-auditor-fiscal/>. Acesso dia 20/04/2016

WERLICH, Alexandre. **A evolução da Contabilidade e os sistemas de informação contábil: Um estudo de Caso de Empresa Comercial.** Disponível em: <
<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294250> > Acesso dia 02/02/2016.

APÊNDICE D

FICHA DE AVALIAÇÃO DE TG-II – FACE/UFGD

Título do Trabalho: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS PARA UMA CARREIRA PÚBLICA.

Nome da Aluna: FRANCISCA ALVARENGA SANABRIA

Orientador: RAFAEL MARTINS NORILLER

Avaliador(a):

Itens a serem avaliados	CrITÉrios de Avaliação
Conteúdo do Trabalho. Caráter analítico da monografia. Consistência das conclusões com o corpo do trabalho. Nível e qualidade do referencial teórico.	() Ausente () Incompleto () Satisfatório () Bom
Desenvolvimento lógico do tema (Introdução, desenvolvimento, conclusão). Metodologia adequada aos objetivos estabelecidos.	() Ausente () Incompleto () Satisfatório () Bom
Posicionamento crítico em relação ao tema desenvolvido.	() Ausente () Incompleto () Satisfatório () Bom
Clareza e correção na linguagem. Cumprimento das normas do Regulamento.	() Ausente () Incompleto () Satisfatório () Bom
Apresentação e defesa oral: domínio do conteúdo, utilização de linguagem específica, argumentação, concisão e precisão nas respostas.	() Ausente () Incompleto () Satisfatório () Bom

Legenda: Ausente: Não existe tal aspecto no trabalho apresentado.

Incompleto: O item analisado se apresenta com diversas falhas e faltas.

Satisfatório: O item analisado está satisfatório, porém necessita de melhorias.

Bom: O item analisado atendeu aos requisitos exigidos.

Avaliador:			
Conceito:	() Reprovado	() Aprovado com Ressalvas	() Aprovado
Observações:			() A () B

Legenda: Reprovado: O trabalho não apresenta requisitos mínimos de aprovação, pois, os aspectos analisados estão, em sua maioria, “Ausentes” ou “Incompletos”.

Aprovado com Ressalvas: O trabalho apresenta algumas falhas, aspectos incompletos e, com a devida correção, apresenta condições de aprovação.

Aprovado: (A) O trabalho, na maioria dos aspectos analisados, , avalia-se como “Bom”

(B) O trabalho necessita de correções de formatação, de ortografia, de sugestões e ajustes conforme apontamentos no texto, porém não compromete os resultados. Predominam os aspectos analisados como “Satisfatórios”.

Dourados, ____ de ____ de ____.

Orientador

Membro

Membro

APÊNDICE E

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO PARA INSERÇÃO DE TRABALHO DE GRADUAÇÃO NOS MEIOS ELETRÔNICOS DE DIVULGAÇÃO DISPONIBILIZADOS E UTILIZADOS PELA UFGD

Eu, Francisca Alvarenga Sanabria, Auxiliar Administrativa, Rua Peri Carlos Pael Lopes nº990, Jardim Guaicurus, CEP: 79.837-005, RG: 1.283.651, CPF:963.853.911-91, aluno do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Grande Dourados, matriculado sob número RGA 2010000262, venho, por meio do presente, **AUTORIZAR** a inserção do meu Trabalho Final de Graduação, Aprovado em banca, intitulado UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS PARA UMA CARREIRA PÚBLICA nos meios eletrônicos de divulgação disponibilizados e utilizados pela universidade, bem como em qualquer outro meio eletrônico de divulgação utilizado pela Instituição, para os específicos fins educativos, técnicos e culturais de divulgação institucional e não-comerciais.

DECLARO, dessa forma, que **cedo, em caráter gratuito e por tempo indeterminado**, o inteiro teor do meu Trabalho de Graduação acima identificado, cuja cópia, por mim rubricada e firmada, segue em anexo, **para que possa ser divulgada através do(s) meio(s) acima referido(s)**.

DECLARO, ainda, que sou **autor e único e exclusivo responsável** pelo conteúdo do mencionado Trabalho de Graduação.

AUTORIZO, ainda, a Universidade a **remover** o referido Trabalho do(s) local(is) acima referido(s), a **qualquer tempo e independentemente de motivo e/ou notificação prévia** à minha pessoa.

Em Dourados, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura: _____

Nome Completo: _____